



## DECISÃO COREN-MA Nº 233 DE 29 DE SETEMBRO DE 2025

Autorizar Ad Referendum do Plenário,  
medidas para redução de custos

O **Presidente** do **CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO MARANHÃO**, em conjunto com a **Secretária** da Autarquia, no uso de suas atribuições legais e regimentais conferidas pela Lei nº 5.905 de 12 de julho de 1973 e pelo Regimento Interno da Autarquia;

**CONSIDERANDO** a publicação DOU Nº 221, de 22 de novembro de 2023, e Nº 225, de 28 de novembro de 2023, que torna público o resultado da Eleição Interna para os cargos de Diretoria deste Regional para a Gestão 2024/2026;

**CONSIDERANDO** o Regimento Interno do Regional, aprovado pela Decisão Coren-MA nº118/2021 e homologado pela Decisão Cofen nº 0107/2021, no art. 26 que compete ao Plenário do Coren-MA;

**CONSIDERANDO** a competência estabelecida ao Presidente do Coren no art. 28, XV, do Regimento Interno do Coren-MA, de decidir, “ad referendum” do Plenário ou da Diretoria, os casos que, por sua urgência, exijam a adoção de providências, obrigatoriamente submetendo a matéria à homologação do Plenário ou da Diretoria, preferencialmente na primeira reunião subsequente;

**CONSIDERANDO** a baixa arrecadação neste Regional, ocasionando a necessidade de medidas para contenção de custos, a fim de reequilibrar a saúde financeira

**CONSIDERANDO** o teor do Processo SEI nº 00235.001658/2025-41;

**CONSIDERANDO** a deliberação da Presidência,

### **DECIDE:**

**Art. 1º** Autorizar Ad Referendum do Plenário, realizar plano de contingência temporário, reajustando quantidade de pagamentos de auxílio representação a partir de 29 de setembro de 2025 até 31 de dezembro de 2025;

- Pagamento de auxílio representação para Conselheiros Regionais: até a quantidade de 10 (dez);
- Pagamento de auxílio representação para membros da Diretoria: até a quantidade de 15 (quinze);
- Pagamento de auxílio representação para Comissão de Instrução: até a quantidade de 10 (dez);
- Pagamento de auxílio representação para Comissões e Câmaras Técnicas: suspenso.

**Art. 2º** O pagamento de auxílio representação divergente do estabelecido no artigo anterior, está condicionado à determinação da Presidência, com realização de atividade mediante designação através de portaria específica.

**Art. 3º** Quando da realização de visitas de gestão, participação de no máximo 02 (dois) Conselheiros Regionais por visita.

**Art. 4º** Esta Decisão entra em vigor na data de sua assinatura.

**Art. 5º** Dê ciência e cumpra-se.

**Dr. JOSÉ CARLOS COSTA ARAUJO JUNIOR**

Coren-MA nº 364.950-ENF

Presidente

**Drª TELCIANE MARTINS FEITOSA RIOS**

Coren-MANº 336.138-ENF

Secretária



Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ CARLOS COSTA ARAUJO JUNIOR - Coren-MA 364.950-ENF, Presidente**, em 29/09/2025, às 11:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **TELCIANE MARTINS FEITOSA RIOS - Coren-MA 336.138-ENF, Secretário(a)**, em 29/09/2025, às 18:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.cofen.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.cofen.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1119386** e o código CRC **9837DE66**.